

ALCÁZAR, Joan. **Yo pisaré las calles nuevamente:** Chile, revolución, dictadura, democracia (1970-2006). Santiago de Chile: Editorial Universidad Bolivariana, 2009, 121 p.

Resenha

Janaína Alexandra Capistrano da Costa¹

Em 2014 o Chile iniciou um novo mandato presidencial, a reeleição de Michelle Bachelet em novembro de 2013 ocorrera no contexto das solenidades referentes ao cumprimento dos quarenta anos do golpe de Estado de 1973, o qual pôs fim ao projeto de transição democrática ao socialismo então encabeçado pelo Presidente Salvador Allende Gossens. Este aspecto da contenda política auferiu-lhe nuances dramáticas, pois os embates que envolveram o país nessas duas experiências limite, ou seja, um governo revolucionário de esquerda e uma sangrenta e terrorífica ditadura, permanecem vivos na memória dos chilenos. Através da polarização eleitoral entre Bachelet, pela coalizão de centro-esquerda chamada Nova Maioria, e Evelyn Mattei, a candidata da UDI (União Democrática Independente) pela coalizão de direita denominada Aliança por Chile, muitas lembranças desse passado recente vieram à tona expondo as raízes dos novos acontecimentos. A história pessoal das candidatas, por exemplo, evocava com veemência essa relação com o tempo pretérito, uma vez que o General Alberto Bachelet e o General Fernando Matthei eram amigos próximos quando, alguns meses depois do golpe, Alberto foi torturado e morto nos porões da Academia de Guerra da Aviação então presidida por Fernando.

O livro do historiador espanhol da Universidade de Valencia Joan del Alcázar é uma obra que nos desvela e nos ensina a ver as raízes dos hodiernos acontecimentos no Chile sem, no entanto, torná-las estéreis. Para isso, o autor nos conduz através de uma argumentação que sublinha tanto a importância dos parâmetros exigidos pelo ofício de historiador em sua prática e ensino, quanto das opções e responsabilidades políticas deste profissional. Este

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFTO). Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista CAPES. janacapis@gmail.com.

aspecto ético, enquanto um aspecto fundamental é geralmente desprezado em relação ao rigor metodológico, mas é interessante notar como no livro essa relação é assumida abertamente sem nenhum prejuízo, porque o autor encontra um equilíbrio entre o rigor e a experiência. Esse equilíbrio permite que a História, ao ser escrita, não seja esvaziada da pulsão de vida contida nos acontecimentos, que é o que inevitavelmente ocorre quando, imbuído de uma fé cega, o profissional agarra-se meticulosamente ao método esperando encontrar através dele a verdade, ou ainda, quando crê em uma verdade política.

“*Yo pisaré las calles nuevamente*” que é frase inicial do título da obra em tela é também o nome de uma canção composta em 1974 por Pablo Milanés, cantor cubano e um dos fundadores da Nova Trova Cubana. Um movimento artístico onde as músicas adquirem um tom de contestação, crítica social e incitação às transformações que seriam necessárias à concretização de um ideal de sociedade mais justa na América Latina. Assim, inicialmente somos incitados a acessar uma dimensão ao mesmo tempo sensível e histórica. Em primeiro lugar, Alcázar está se referindo a si mesmo, uma vez que descreve sua adesão ao projeto allendista e o impacto que a violenta interrupção do governo da Unidade Popular (1970-1973) causou na esquerda anti-franquista, da qual ele fazia parte. Na Introdução chamada de *A modo de introducción. De Allende a Pinochet: esperanza y dolor por La Vía Chilena em España*, a referência a dois sentimentos como os de esperança e dor resumem a distensão que marca o autor fazendo-o afirmar que: “*en la esfera de los afectos Chile se incorporó con fuerza y para siempre*” (ALCÁZAR, 2009, p.8). Seria essa marca que influenciaria decisivamente sua carreira profissional dedicada à pesquisa e ao ensino da história chilena e, por conseguinte, da América Latina. Assim, naquele grupo de *chilenólogos* que se configurou na península ibérica a partir de meados de 1970, como o autor informa; ele se constituiu talvez num dos mais proeminentes membros, o que justificou a sua participação como perito da acusação no processo *Terrorismo y Genocidio “Chile Operativo Condór”* movido pelo juiz espanhol Baltasar Garzón em 1998. O autor conclui; “*y Chile permaneció en nuestro interior*” (ALCÁZAR, 2009, p.9). No vasto conjunto de obras dedicadas aos referidos períodos da história chilena, a

contribuição de Alcázar merece destaque, porque justamente vem aportar esse olhar concomitantemente adventício e integrado.

Curiosamente podemos percorrer os capítulos do livro de Alcázar permeando a letra da música de Milanés. No primeiro capítulo intitulado “*Chile, revolución, dictadura, democracia*”, o autor desenvolve uma narrativa histórica macroestrutural que aborda o período compreendido entre os momentos que antecedem a vitória presidencial de Allende em 1970 e a retomada da democracia nos anos 90. A tentativa de se realizar uma revolução de viés socialista por meio das instituições democráticas conhecida como “experiência chilena” representa um dos episódios mais marcantes da vida nas sociedades ocidentais modernas, sobre o qual a História não pode furtar-se de lançar um olhar sócio-político, bem como e, por conseguinte, sobre os desdobramentos dessa experiência. O autor Joan del Alcázar não se furta, e como diz Milánéz na primeira estrofe de sua música “*Yo pisaré las calles nuevamente de lo que fué Santiago ensangrentada, y en una hermosa Plaza liberada me detendré a llorar por los ausentes*”. Pisar as ruas novamente pode significar visitar o passado de uma cidade, no sentido lato, que teve as entranhas rompidas, mas desta vez, lançando um olhar desde um presente liberado onde é possível expor as emoções por aqueles que se foram de maneira injusta e cruel. Quando um historiador expõe as feridas de uma sociedade ele contribui para que seja gerada essa oportunidade de se chorar pelos mortos, pelos desaparecidos, pelo esquecido e finalmente encerrar velhas questões em outros termos.

No capítulo dois do livro “*La pregunta de Lord Browne-Wilkinson. (A propósito de la discusión sobre la supuesta Inmunidad Soberana del General Pinochet)*”, o autor contextualiza e responde a questão feita pela justiça britânica acerca do período que se poderia considerar o ditador como Chefe de Estado no Chile¹. Após a detenção de Pinochet e um primeiro veredicto da Câmara dos Lordes, a última instância de apelação jurídica no Reino Unido, a favor da imputabilidade, tal pergunta se torna crucial, porque a defesa alega que o acusado não poderia ser julgado em virtude de ser possuidor de Imunidade Soberana, uma figura da lei britânica que salvaguarda Chefes de Estado em exercício. A relação do autor com este episódio se dá a partir de iniciativa da justiça espanhola que, ao aceitar uma denúncia contra a

Junta Militar chilena, solicita aos britânicos uma permissão jurídica para interrogar Pinochet e, posteriormente, a extradição deste para julgamento. Convidado a elaborar um relatório pericial sobre os fatos históricos concernentes ao exercício do poder durante a ditadura militar no Chile, Joan del Alcázar realiza uma extensa e minuciosa pesquisa documental que aborda periódicos nacionais, referências bibliográficas e discursos e documentos oficiais, concluindo que o general Pinochet se converte em Chefe de Estado em junho de 1974. Isto não eximiria o ditador, portanto, de ser imputado pelos crimes cometidos desde 11 de setembro de 1973, dentre eles, os relativos à chamada Operação Condor, conhecida no Brasil como Carcará. Apesar de Pinochet não ter sido, finalmente, condenado, como afirma o autor “*lo trascendental de este caso es que se ha dado un paso gigantesco en la jurisprudencia internacional tras la confirmación del principio de extraterritorialidad de los crímenes de lesa humanidad*” (ALCÁZAR, 2009, p.63). Isso faz com que o recém referido capítulo brilhante a obra resenhada e ateste a importância desta para qualquer discussão sobre a temática dos direitos humanos, por exemplo.

Segundo Alcázar (2009, p. 66), o conhecimento produzido pela história com base em análises orientadas por métodos seguros serve para ensinar e aplicar História. Essa perspectiva foi até certo ponto desvalorizada, na medida em que se passou a questionar em que medida essa disciplina se constituiria em mais uma narrativa dentre tantas narrativas. Todavia, o autor, com muita desenvoltura realiza o movimento inverso, valorizando os resultados disciplinares. É sua proposta no terceiro capítulo da obra, “*Continuar viviendo juntos después del horror. Memoria e historia en las sociedades pos dictatoriales*”. Para Alcázar (2009), em sociedades que vivenciaram graves violações dos direitos humanos, como as latino-americanas, o papel do historiador é essencial para promover o que ele chama de reencontro, que se daria através do resgate, organização e análise dos materiais produzidos pelas Comissões da Verdade, os testemunhos e os lugares de memória de maneira a dar voz às aquelas vozes silenciadas pela violência. Elaborando uma narrativa, a partir daí, o historiador poderia provocar um reencontro entre os sujeitos desta História e, por conseguinte, as responsabilidades poderiam ser julgadas não a partir de uma história oficial, mas de uma

história de todos, viabilizando finalmente a superação dos traumas, dos ressentimentos e dos sentimentos de injustiça. Sobre esse ponto é ilustrativa a terceira estrofe da canção que diz: “*Yo unido al que hizo mucho y al que hizo poco, al que quiere la patria liberada dispararé las primeras balas, más temprano que tarde reposo. Retornarán los libros, las canciones que quemaran las manos asesinas. Renacerá mi pueblo de su ruina, y pagaran su culpa los traidores.*”

No quarto e último capítulo da obra “*Los historiadores ante el cine y la literatura. Dos miradas distintas hacia la historia reciente de Chile*” o autor faz uma avaliação do uso da literatura e do cinema como fontes auxiliares no ensino da história. De acordo com Joan Del Alcázar, a despeito de toda a discussão que gira em torno do chamado “giro linguístico” e do discurso enquanto fenômeno social, é preciso ter clara a distinção entre estas fontes e a História precisamente, pois aquelas se encontram por natureza no campo da ficção e está no da realidade. A grande vantagem da literatura e do cinema residiria na sua capacidade de oferecer uma atmosfera dos acontecimentos através de imagens, sensações e estados de ânimo, enfim. Nesse texto do livro, podemos encontrar um bom guia para a utilização desses materiais em sala de aula, com um método específico de análise elaborado pelo autor que, finalmente, nos dá dois exemplos objetivos de aplicação com o filme *La Frontera* (1991) de Ricardo Larrain e a novela *Uma casa vacía* (1996) de Carlos Cerda. Obras estas que contextualizam a ditadura chilena.

O artigo de encerramento do livro “*A modo de conclusión. La segunda muerte de Augusto Pinochet*” representa, em nossa opinião, um enlace com as pulsões que moveram o autor até aqui. Alcázar faz uma pertinente avaliação ao afirmar que com a detenção em Londres Pinochet morre politicamente, para depois morrer fisicamente em 2006. O impacto desse evento descrito pelo autor é capaz de convencer-nos de sua tese, a qual é completada pela ideia de que uma primeira fase da transição chilena iniciada com o plebiscito de 1988 encerra-se dez anos depois com o citado fato internacional. Pinochet não recebe honras de Chefe de Estado, a então presidente Michele Bachelet não comparece a seu velório, não há um busto público em sua homenagem, como ocorre com Allende, que possui uma bela estátua em

plena Praça do Palácio de Governo La Moneda. Pinochet hoje é mundialmente conhecido como um criminoso e ladrão, uma imagem oposta à que se faz de Salvador Allende. Entretanto, somos levados a duvidar da capacidade de aniquilamento de dita morte política, uma vez que milhares de chilenos se posicionam em nome do apoio às obras do ditador, da sua legitimação e da preservação da sua memória como benfeitor da nação. Mesmo que isso, muitas vezes não seja dito em claras letras, algumas práticas manifestam essa memória. No dia mesmo do enterro de Pinochet, a capital Santiago foi tomada por um conflito que dividiu a cidade em duas, um grande grupo de pessoas concentrado proximalmente à Escola Militar chorava e outro grande grupo concentrado no La Moneda comemorava, eles se ofendiam e se agrediam, enquanto dois espectros os sobrevoavam². Estes mesmos espectros, com tantos outros desaparecidos e aqueles que “*murieran antes*” como diz Milanés, ainda rondam um pouco desnorteados as pugnas políticas no país.

Resenha recebida em 27 de julho de 2014. Aprovada em 20 de dezembro de 2015.

Notas

¹ O autor publicou sobre este assunto em Lua Nova: Revista de cultura e política nº 49 de 2000 sob o título “A imunidade soberana de Pinochet contestada”.

² Trabalhei o tema dessa memória no artigo “História e memória no Chile contemporâneo”. **Outros Tempos** (UEMA, Online) v.5, p. 162-172, 2008.